

# OS MARCOS DE AÇÃO COLETIVA QUE APÓIAM A LUTA CONTRA A PRECARIIDADE LABORAL Y SOCIAL <sup>1</sup>

Raquel Mercedes Pinto Mascareño

Colaboradora do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPB

E-mail: [raquelmascareno@hotmail.com](mailto:raquelmascareno@hotmail.com)

## 1. Introdução

Com o predomínio da perspectiva teórica da Mobilização de Recursos nas décadas de 1970 e 1980, a dimensão simbólica e o descontentamento foram considerados fatores secundários para explicar a ação coletiva pelos estudiosos dos movimentos sociais. Embora esta perspectiva não negasse o papel destes fatores na emergência da ação coletiva, davam mais importância à organização, aos recursos e à denominada ‘estrutura de oportunidades políticas’ na emergência da ação coletiva.

Esta situação começa a mudar com o surgimento, por volta de 1990, de uma série de contribuições teóricas dos estudiosos dos movimentos sociais, que surgem como um complemento ao enfoque da Mobilização de Recursos. É a denominada perspectiva Socioconstrucionista, representada por Snow et al. (1986); Snow e Benford (1988, 1992); Melucci (1988, 1989); Gamson (1992) e Klandermans (1997), que destaca a importância dos fatores sociais e simbólicos para a ação coletiva e sua natureza construída. A consolidação desta perspectiva se reflete no relativo consenso, entre os teóricos dos movimentos sociais, sobre a importância das relações sociais e da construção de significados políticos coletivos para a emergência da ação coletiva.

Sem desmerecer as diversas contribuições teóricas Socioconstrucionistas que iluminam distintos aspectos dos movimentos sociais, adotamos o enfoque dos ‘marcos de ação coletiva’ de Gamson (1992) e Klandermans (1997), por reunir categorias analíticas tradicionalmente associadas à ação coletiva. Nos referimos ao descontentamento e aos sentidos de injustiça, de eficácia e de identidade coletiva antagônica que foram, de diversas formas abordados pelos enfoques Clássicos dos movimentos sociais (ex. BLUMER, 1951; TURNER; KILLIAN, 1972, 1987; SMELSER, 1995; KORNHAUSER, 1969; GURR, 1974).

Segundo o enfoque dos marcos de Gamson (1992) e Klandermans (1997), um marco de ação coletiva é um tipo de consciência política compartilhada que legitima e apóia as ações coletivas e é composta por: a) Um sentido de injustiça que, mediante a identificação de responsáveis políticos concretos dos problemas, gera um sentimento de indignação moral; b) Um sentido de agência baseado na crença da eficácia da ação coletiva para a mudança social, e c) Um sentido de identidade coletiva antagônica, caracterizado pela definição de um ‘nós’ oposto a um ‘eles’ responsáveis pelas

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte de um trabalho mais amplo desenvolvido no curso de doutorado em Psicologia Social realizado com o apoio da CAPES na Universidade Complutense de Madrid

injustiças. Estes significados, de natureza política e mobilizadora, são construídos nas redes de ativismo dos movimentos sociais, mediante processos de interação social e podem ser analisados a nível individual ou coletivo.

Esta construção, porém, apresenta algumas peculiaridades: definir responsáveis políticos concretos pelas injustiças não é fácil pela frequente abstração do responsável e pela complexidade das estruturas político econômicas existentes. O sentido de agencia parece ser o marco mais difícil de desenvolver, principalmente entre os trabalhadores, pois a cultura dominante promove um sentido de impotência onde só parece possível uma solução individual aos problemas. E o sentido de identidade coletiva antagônica se constrói mediante 3 formas de identificação: a) com as organizações dos movimentos; b) com os movimentos sociais como um todo, e, c) com os grupos ou categorias oprimidas como os trabalhadores ou as mulheres. Observa ainda a dificuldade de construir uma identidade coletiva bem definida e oposta a um adversário claramente identificado.

Revisando as pesquisas empíricas que utilizam o enfoque dos marcos de Gamson (1992) e Klandermans (1997), como os estudos de Sabucedo et al. (1996, 1999); de Klandermans et al. (1999), e Sabucedo, Rodríguez e Fernández (2001), verificamos uma escassa atenção aos grupos de ativistas e à ação organizada ou construída por esta categoria, em oposição à maior atenção aos indivíduos, que formam a base social dos movimentos, e ao processo de participação nas ações coletivas. Constatamos também que - apesar da importância atribuída por este enfoque aos significados- estas pesquisas não analisam os componentes injustiça, agencia e identidade dos marcos de ação coletiva, como estes são definidos pelos próprios sujeitos. Destacamos também a insuficiente atenção destas pesquisas à natureza compartilhada dos marcos de ação coletiva.

Em outras palavras, sem desmerecer a validade e utilidade do método utilizado nas pesquisas realizadas, podemos dizer que estes estudos - ao ter como objetivo verificar a influencia de cada componente dos marcos na intenção individual de participar nas ações coletivas e ao utilizar questionários predefinidos pelos pesquisadores - não analisam os significados atribuídos pelos próprios indivíduos aos marcos, nem identificam definições compartilhadas dos mesmos. Denominamos ambos aspectos de dimensão qualitativa e coletiva dos marcos, respectivamente.

Apesar da relevância de estudar os indivíduos que formam o potencial de mobilização dos movimentos, consideramos necessário estudar os grupos de ativistas por seu importante papel no processo de construção da ação coletiva e de mobilização para a ação. E, devido às escassas pesquisas que abordam a dimensão qualitativa e coletiva deste determinado tipo de consciência política, desenvolvemos um método próprio, que descrevemos na metodologia, para analisar os componentes dos marcos de ação coletiva e sua natureza compartilhada.

Diante desta situação - e considerando a função de apoio e legitimação dos marcos à ação coletiva e também nosso interesse em apoiar as lutas contra a precariedade laboral e social que estão sendo construídas por diversos grupos u organizações de ativistas dos movimentos sociais - realizamos uma pesquisa empírica junto a uma rede de ativismo autônoma que teve o seguinte objetivo.

## **2. Objetivo e metodologia**

O objetivo da pesquisa foi analisar o sentido e a natureza compartilhada dos marcos de ação coletiva que apóiam as lutas quotidianas contra a precariedade laboral e social de uma rede de ativismo do movimento social autônomo espanhol. Esta rede é composta por diversas organizações sociais, sindicais, feministas, ecologistas, de bairros e de desempregados, entre outras, e devido a esta diversidade apresenta uma heterogeneidade de objetivos e definições que parecem dificultar a construção da ação coletiva contra a precariedade, liderada pelos ativistas da organização sindical Confederação Geral do Trabalho - CGT.

Com relação à metodologia, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (1995), nos documentos escritos de 20 organizações da referida rede de ativismo que delimitamos para a pesquisa. O critério para selecionar estas organizações, das 42 que participavam da rede na época da pesquisa, foi a produção e divulgação de pelo menos um documento que contivesse marcos de ação coletiva e a participação em pelo menos 1 das 5 jornadas de reflexão organizadas pela rede de ativismo, durante o período da pesquisa (2003 e 2004).

Esta análise consistiu na categorização temática dos componentes dos ‘marcos de ação coletiva’, presentes nos textos das organizações, que realizamos em 2 fases com distintos níveis de abstração. Na primeira fizemos uma categorização previa das definições dos marcos e na segunda fase, utilizando um maior nível de abstração, realizamos uma nova categorização destas definições.

No sentido de Injustiça categorizamos os problemas denunciados como injustiças, seus respectivos responsáveis e a presença do sentimento de indignação moral. No sentido de Agencia, as afirmações sobre a mudança social e sobre a eficácia da ação coletiva para esta mudança. E no sentido de Identidade coletiva, as autodefinições dos grupos expressadas na 1ª pessoa do plural (nós), que consideramos representativas desta identidade. Para a análise da dimensão coletiva de cada componente dos marcos, consideramos um componente compartilhado quando pelo menos 2 organizações o definiam de forma semelhante.

Finalmente, procedemos à identificação dos marcos de ação coletiva compartilhados que apóiam as lutas específicas contra a precariedade laboral e social dos marcos que apóiam as lutas de modo general. Para isto, distinguimos os problemas laborais e sociais e seus respectivos responsáveis e identificamos os sentidos de agencia e de identidade coletiva presentes nos textos que denunciam cada um destes problemas. Posteriormente analisamos a dimensão coletiva dos marcos de ação coletiva, considerando um componente compartilhado quando presente em pelo menos 2 destes marcos.

## **3. Resultados**

Verificamos que, apesar da aparente heterogeneidade de definições dos componentes de marcos encontrados na 1ª fase da análise, a 2ª fase desta análise, ao utilizar um nível de abstração maior, encontrou um maior número de componentes de marcos compartilhados entre as organizações desta rede. Entre estes componentes destacamos a grande variedade de problemas comuns denunciados como injustiça, entre os que se destacam problemas laborais, sociais e problemas específicos das mulheres, por ser

mais freqüentes, além de problemas políticos e problemas relacionados com o meio ambiente, entre outros. Com relação aos marcos de ação coletiva que apóiam as lutas específicas contra a precariedade laboral e social, identificamos 4 Marcos de Ação Coletiva compartilhados pelas organizações, que descrevemos na seguinte tabela 1.

Podemos ver nesta tabela que estes 4 marcos apóiam e legitimam as lutas contra a precariedade de formas distintas: O primeiro legitima este apoio na necessidade de lutar contra o problema específico *da precariedade laboral e do desemprego*. O segundo na necessidade de lutar não apenas contra estes problemas senão que também contra o que denominam '*precariedade social*'. Esta é entendida como o deterioro das condições sociais derivado da redução dos serviços públicos de proteção social e/ou da violação de direitos sociais e políticos.

O terceiro marco de ação coletiva legitima este apoio defendendo a necessidade de lutar contra *a situação laboral e social específica das mulheres*, que não se limita à maior precariedade laboral e social deste grupo senão que inclui problemas vinculados às relações de gênero como a desigualdade entre mulheres e homens e a opressão social das mulheres por parte dos homens. E, finalmente o quarto marco de ação coletiva, legitima o apoio às lutas contra a precariedade apontando a necessidade de combater *a redução do sistema público de proteção social e dos direitos sociais*, entre os quais incluem a redução dos direitos laborais, característica da precariedade laboral.

Podemos ver também que, apesar destas diferenças, os 4 marcos se referem ao problema da precariedade laboral, e considerando também os componentes não compartilhados (Outros), vemos que estes 4 marcos possuem praticamente os mesmos 3 responsáveis sócio estruturais. O único responsável diferente, que se encontra no terceiro marco, é *a sociedade ou ideologia patriarcal*, apontado pelas organizações feministas que denunciam *a situação laboral e social específica das mulheres*. Estes responsáveis tendem ainda a serem definidos pelas organizações de uma forma abstrata e considerados estreitamente vinculados de uma forma complexa. Destacamos também no componente injustiça a expressão de todas as organizações, de forma implícita ou explícita, de um *sentimento de indignação moral*.

Com relação ao componente Agencia destes marcos - devido às escassas definições coletivas relacionadas com os problemas denunciados - não encontramos sentidos de agencia comuns aos 4 marcos. Encontramos, porém, e de forma mais evidente no Marco de Ação coletiva I, uma tensão entre a presença de um sentido de agencia - expressado por exemplo na crença sobre a *eficácia da greve* para a mudança social - e um aparente deterioro do mesmo. Este deterioro se reflete no fato da mudança social não vincular-se às ações coletivas e sim à construção de projetos alternativos de organização social, às ações individuais ou a uma reforma política como *a implantação da Renda Básica*.

Tabela 1: Marcos de Ação Coletiva que apoiam as lutas contra a precariedade nos textos das organizações da rede de ativismo autônoma

	<b>MARCO DE AÇÃO COLETIVA I</b>	<b>MARCO DE AÇÃO COLECTIVA II</b>	<b>MARCO DE AÇÃO COLETIVA III</b>	<b>MARCO DE AÇÃO COLETIVA IV</b>
Injustiça Problema	A Precariedade Laboral e o Desemprego (8 org.)	A Precariedade Laboral e Social (8 org.)	A situação laboral e social específica das mulheres (5 org.)	A redução do sistema público de proteção social e dos direitos sociais (7 org.)
Injustiça Responsáveis	As empresas, empresários e multinacionais (4 org.) O governo e/ou as políticas neoliberais (2 org.) O sistema econômico (globalização) capitalista (2 org.) Outros (não compartilhados)	O governo e/ou as políticas neoliberais (4 org.) As empresas, empresários e multinacionais (3 org.) O sistema econômico (globalização) capitalista (2 org.) Outros	A sociedade ou a ideologia patriarcal (4 org.) O governo e/ou as políticas neoliberais (3 org.) O sistema econômico (globalização) capitalista (2 org.) Outros (as empresas – 1 org.)	O governo e/ou as políticas neoliberais (5 org.) Outros (o sistema econômico capitalista – 1 org.)
Injustiça Indignação moral	Indignação moral implícita e explícita	Indignação moral implícita e explícita	Indignação moral implícita e explícita	Indignação moral implícita e explícita
Agencia	Eficácia da greve (2 org.) A mudança social é possível mediante a implantação da Renda Básica (2 org.) Outros	Eficácia das manifestações coletivas (2 org.) Outros	Outros	Outros
Identidade coletiva	Identidade com o grupo/ categoria dos trabalhadores ou com a classe trabalhadora (2 org.) Identidade com a organização sindical CGT (2 org.) Outros	Identidade com o grupo/ categoria dos precários (3 org.) Identidade com redes ou movimentos sociais antagonistas (3 org.) Identidade com o grupo/ categoria das mulheres (2 org.) Identidade com a organização e seu projeto sociopolítico (2 org.) Outros	Identidade com o grupo/ categoria das mulheres (3 org.) Identidade com os novos movimentos sociais (movimentos feministas) (2 org.) Outros	Identidade com a organização e sua luta contra os problemas e/ou injustiças sociais (2 org.) Identidade com a organização e suas práticas organizativas autônomas e/ou horizontais (2 org.) Identidade com a organização e seu projeto sócio político (2 org.) Identidade com grupos ou movimentos que lutam contra o desemprego, a precariedade e/ou a exclusão social (2 org.) Outros

Finalmente, com relação ao componente Identidade coletiva destes 4 marcos de ação coletiva encontramos um antagonismo em praticamente todas as identidades relacionadas com os problemas laborais e sociais. Distinguimos também 3 formas de definir estas identidades coletivas: 1) a identidade com a própria organização de pertença, 2) a identidade com diversos movimentos sociais e 3) a identidade com diversos grupos ou categorias sociais oprimidas. Por outro lado, apesar da diversidade destas identidades políticas, distinguimos 2 identidades coletivas comuns a estes marcos: a *identidade com o grupo ou categoria das mulheres e a identidade com a organização e seu projeto político*, que se definem por oposição aos responsáveis dos problemas denunciados. Chama a atenção ainda a ausência de referências à identidade coletiva das organizações com a própria rede de ativismo autônoma.

#### **4. Discussão e conclusões**

A presença de 4 marcos de ação coletiva distintos, que apóiam a luta contra a precariedade entre as organizações da rede de ativismo autônoma e as constantes referências destes marcos ao problema da precariedade laboral, chamam a atenção para a importância e necessidade de analisar não só a presença ou ausência de uma consciência política entre os grupos de ativistas senão que para as diferenças e semelhanças de seus significados.

Por outro lado, a análise do problema identificado no componente injustiça dos marcos parece especialmente relevante se desejamos pesquisar a natureza compartilhada dos mesmos. Com relação aos responsáveis, a natureza abstrata e complexa dos 3 principais responsáveis sócio estruturais que compõem os marcos, indica uma provável dificuldade em definir responsáveis políticos concretos, já apontada por Gamson (1992) e Klandermans (1997), caso os ativistas desta rede se empenhem nesta tarefa. Esta aparente dificuldade, porém, não parece impedir a presença de um sentimento de indignação moral que segundo estes autores estaria associado à clara e concreta identificação de responsáveis pelos problemas sócio estruturais.

Observamos, portanto, a importância de analisar o problema e seus responsáveis e não apenas o sentimento de indignação moral, que tem sido mais destacado pelos autores socioconstrucionistas. Principalmente quando o objetivo é encontrar interesses de luta comuns e analisar o sentido e a natureza coletiva dos marcos. Destacamos também a necessidade de prestar atenção às possíveis peculiaridades do grupo dos ativistas em contraste com os potenciais participantes.

Com relação ao componente Agência, a tensão entre a crença na eficácia da ação coletiva para a mudança social e um aparente deterioro da mesma, ilustra a complexidade em definir um sentido de agência que, embora também seja reconhecida pelos investigadores acima citados, não é aprofundada teoricamente. Esta tensão, porém, tende a desaparecer se considerarmos que o deterioro do sentido de agência pode estar relacionado apenas com a eficácia da ação coletiva para uma mudança radical da sociedade. Como vimos a ação coletiva, principalmente a ação sindical como a greve, ainda parece eficaz para conseguir determinadas reformas laborais. Isto parece apontar para a natureza específica do sentido de agência que tampouco é destacada pelo enfoque Socioconstrucionista dos marcos.

Finalmente com relação à Identidade coletiva, a definição de uma ou diversas autodefinições grupais antagônicas não parece difícil a rede de ativismo analisada, o que parece sugerir que a dificuldade apontada por Gamson (1992) neste aspecto parece ser melhor aplicada aos potenciais participantes. Por outro lado, a multiplicidade de identidades coletivas identificadas podem dificultar a definição de um consenso. Enfim, observamos que as 3 formas de definir as identidades coletivas encontradas são semelhantes às propostas por Gamson (1992), embora consideremos que por suas peculiaridades e complexidade, precisam de uma maior atenção teórica

Destacamos também que - apesar da heterogeneidade inicial - os diversos sentidos compartilhados revelados pela análise nos indicam que existe um potencial para construir um marco de ação coletiva comum mediante consenso, que apóie uma luta mais ampla contra a precariedade laboral ou contra a precariedade laboral e social. Sugerimos que nesta construção poderiam utilizar-se os 3 responsáveis comuns, identificados nos marcos que apóiam as lutas contra a precariedade, pois são os responsáveis mais citados pelas organizações, independentemente do problema denunciado. Pensamos, porém, que o *Governo e/ou as políticas neoliberais*, deveria ser destacado por ser o único responsável comum a todos os problemas denunciados nestes marcos. Sugerimos também nesta construção a utilização das 2 identidades coletivas comuns aos 4 marcos e da autodefinição mais utilizada pelas organizações - *a Identidade com a própria organização e suas práticas horizontais e autônomas*.

Entre as sugestões de futuras pesquisas, podemos mencionar a realização de estudos que analisem os marcos de ação coletiva desta rede de ativismo, utilizando outros métodos ou técnicas. Solicitando, por exemplo, que as organizações da rede se impliquem conjuntamente na construção de marcos compartilhados mediante o debate e o consenso. Outros estudos poderiam comparar os marcos dos ativistas e da base social desta rede e suas dificuldades para definir componentes e sentidos comuns, descobrindo possíveis diferenças entre estes grupos. Concluimos, enfim, destacando a necessidade de mais teoria social para analisar a natureza qualitativa e coletiva deste tipo de consciência política.

## 5. Referências

BARDIN, L. (1977) *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 Lda. 1995. 227 p.

BLUMER, H. The field of Collective Behavior. In: LEE, A. (Ed.). *Principles of sociology*. New York: Barnes & Noble, 1951. p. 166-222.

GAMSON, W. *Talking Politics*. New York: Cambridge University Press, 1992. 272 p.

GURR, T. R. (1970) *El porque de las rebeliones*. Tradução de Ramón Frausto. México: Editores Asociados, 1974. 319 p. Título original: Why men rebel.

KLANDERMANS, B. et al. Injustice and adversarial frames in a supranational political context: Farmer's protest in the Netherlands and Spain. In: DELLA PORTA, D.; KRIESI, H.; RUCHT, D. (Eds.) *Social Movements in a globalizing world*, New York: Palgrave Macmillan, 1999. p. 134-147.

KLANDERMANS, B. *The social psychology of protest*. Blackwell: Oxford, 1997. 257 p.

KORNHAUSER, W. (1959) *Aspectos políticos de la sociedad de masas*. Tradução de Marta Silva. Buenos Aires: Amorrortu, 1969. 241 p. Título original: The politics of mass society.

MELUCCI, A. Getting involved: Identity and Mobilization in Social Movements. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (Eds.) *International social movement research: From structure to action: comparing social movement research across cultures*. Greenwich, Connecticut: Jai Press Inc. 1988. p. 329-348. v.1.

MELUCCI, A. *Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society*. Londres: Hutchinson, 1989. 288 p.

SABUCEDO, J. M. et al. La acción política en el contexto supranacional y los marcos de acción colectiva. *Revista de Psicología social aplicada*. Valencia, v. 6, n. 3, p. 103-121, 1996.

SABUCEDO, J. M. et al. Pertenencia a organizaciones y legitimación de la acción colectiva. In: APALATEGUI, J. (Ed.) *La anticipación de la sociedad: Psicología social de los movimientos sociales*. Valencia: Promolibro, 1999. p. 141-164.

SABUCEDO, J. M.; RODRÍGUEZ, M.; FERNÁNDEZ, C. Identificación grupal, eficacia política y protesta política. *Psicología Política*, Valencia, n. 23, p. 85-95, 2001.

SMELSER, N. J. (1963) *Teoría del comportamiento colectivo*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 456 p. Título original: Theory of Collective Behavior

SNOW, D. et al. Frame alignment process, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*, Ohio, v. 51, p. 464-481, 1986.

SNOW, D., BENFORD, R. Master Frames and Cycles of Protest. In: MORRIS, A.; MUELLER, C. (Eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven & London: Yale University Press, 1992. p. 133-155.

SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (Eds.) *International social movement research: From structure to action: comparing social movement research across cultures*. Greenwich, Connecticut: Jai Press Inc, 1988. p. 197-217. v.1.

TURNER, R. H., KILLIAN, L. M. (1957) *Collective behavior*. 2nd.ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1972. 434 p.

TURNER, R. H.; KILLIAN, L. M. (1957) *Collective behavior*. 3rd.ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1987. 414 p.